

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.470 - GO (2020/0258870-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : ALCEU NASCIMENTO GOMES SOARES
AGRAVADO : CLAUDIO NASCIMENTO DA SILVA
AGRAVADO : JOANA D ARC LUCIA DA COSTA NASCIMENTO
AGRAVADO : JORGE FERREIRA DE SA FILHO
AGRAVADO : NEUZA ALVES DE SOUZA
ADVOGADO : ANTÔNIO DONIZETE DE OLIVEIRA - GO007366

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO APELAÇÃO CÍVEL
AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ALEGAÇÃO DE
CONFIGURAÇÃO DE NEPOTISMO NOMEAÇÃO PARA
CARGOS COMISSIONADOS CRITÉRIOS OBJETIVOS
FIXADOS PELO STF ATO ÍMPROBO NÃO
CONFIGURADO.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 1.022, II, do CPC, no que concerne à negativa de prestação jurisdicional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nessa senda, entende-se que o acórdão recorrido merece ser anulado, vez que, embora opostos embargos de declaração visando sanar omissões (situações fáticas que demonstram que a nomeação dos requeridos pelo então Presidente da Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás, também requerido, violou os princípios da Administração Pública, configurando flagrante forma de nepotismo), sobre elas nada manifestou o Sodalício goiano, limitando-se a afirmar que o Parquet estadual objetivava a reapreciação da causa (fls. 426).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração

destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 23/3/2018, e EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Neste toar, importa consignar que restou claramente registrado no voto proferido o entendimento deste juízo de que a situação posta não era caracterizadora de nepotismo, nem violadora aos princípios da Administração Pública, como se vê.

[...]

Nesse espectro, a incompatibilidade da prática de nepotismo, a configurar violação aos princípios da administração pública, não se extrai diretamente da existência de relação de parentesco entre pessoa designada e agente político ou servidor público ocupante de cargo em comissão ou função comissionada, mas da presunção de que a escolha para ocupar cargo de direção, chefia ou assessoramento tenha sido direcionada a pessoa com relação de parentesco com af i quem que tenha potencial de interferir no processo de seleção'.

No caso em tela, vê-se que houve a nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás de servidores com relação de parentesco apenas entre si, sendo que JOANA (Chefe de Gestão Pessoal) e CLÁUDIO (Chefe de Licitação e Contratos) são casados, e NEUZA (Assessora de Imprensa) e JORGE (Chefe de Gabinete de Legislativo) vivem maritalmente, tendo sido lotados em departamentos distintos.

Ocorre que a situação ora em apreço não se enquadra em nenhuma das circunstâncias previstas pelo STF para a efetiva configuração do nepotismo, pois, primeiramente, não há relação de parentesco das pessoas nomeadas com a autoridade nomeante, tampouco com o ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento a quem estiverem subordinadas; ou, ainda, com a autoridade que exerce ascendência hierárquica ou funcional sobre a autoridade nomeante.

Outrossim, sendo inexistente a relação de parentesco, imprescindível a verificação de ajuste mediante designações recíprocas, o que também não restou evidenciado no caso em tela, não havendo elementos nos autos que permitam inferir a projeção funcional ou hierárquica do agente político ou do servidor público de referência no processo de seleção, na contratação de pessoa com relação de parentesco com ocupante

Superior Tribunal de Justiça

de cargo de direção, chefia ou assessoramento no mesmo órgão. Desse modo, não sendo o caso de nepotismo, não há que se falar em violação aos princípios da Administração Pública, pelo que impossível imputar a qualidade de ímprobo aos atos de nomeação dos requeridos/apelados com base no artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa (fls. 403/404).

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.606.785/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.674.179/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 28/8/2020; AgInt no REsp n. 1.698.339/CE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.631.705/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; e AgRg no REsp n. 1.867.692/SP, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 18/5/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente